



A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO MAISPAIC E OS DESAFIOS DOS(AS) PROFESSORES(AS) NA BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DE ALUNO(AS) DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CEARÁ

Paulo Cesar Ferreira Soares*

RESUMO:

A avaliação diagnóstica do Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC), hoje denominado de PAIC Integral, criado pelo Governo do Estado do Ceará e oficializado como política educacional pública em 2007, é aplicada anualmente pelos municípios do estado em escolas com alunos(as) de 2º, 5º e 9º, para, assim, avaliar o desempenho desses estudantes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Com o aporte teórico de autores(as) como Vieira (2008) e Casassus (2009), faremos aqui uma discussão sobre a importância desse exame para detectar a proficiência desses(as) alunos(as) e, dessa forma, apontar caminhos para a melhoria, ou melhor, para o desenvolvimento da aprendizagem nas escolas públicas municipais do Ceará. Nesse contexto, entra, no presente estudo, discussões sobre as formações docentes continuadas e seus impactos positivos nessa busca por sanar os desafios do percurso pedagógico e promover resultados satisfatórios nas avaliações externas, sobretudo na prova do MAISPAIC. Nosso método é analítico, quantitativo e qualitativo, na tentativa de apresentar, a partir dos dados coletados, um cenário fidedigno com a realidade educacional exposta pela referida prova. Esperamos que esse trabalho possa contribuir com outras pesquisas qualitativas em relação às avaliações externas brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Externa, Formação Docente, Aprendizagem.

* Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. paulosuares@outlook.com

Introdução e problematização do tema

As instituições educacionais do estado do Ceará vêm, ao longo dos anos, na atuação em torno dos eixos do MAISPAIC (Programa de Aprendizagem na Idade Certa), e recentemente rebatizado de Programa PAIC Integral, pautando as ações pedagógicas na busca por assegurar direitos à uma educação plena, com foco na ampliação de saberes, da sociabilidade, do acesso aos bens culturais, dentre outras possibilidades. Por outro lado, vemos que ainda há um vácuo pedagógico entre a proposta de avaliar e estimular, na sala de aula, uma reflexão crítica acerca da realidade. De acordo com Freire (1996), a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

Na perspectiva de Edwards (2016), nos últimos 30 anos, os professores e gestores têm discutido muito acerca dos desafios em torno do desenvolvimento da aprendizagem de estudantes, independentemente de ser no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio. Nesse contexto educacional, o Documento Curricular Referencial do Ceará, o DCRC, entre diversas e relevantes proposições técnico-pedagógicas, tem um papel impulsionador para a melhoria da qualidade do ensino, primando pelo desenvolvimento de competências e habilidades que exploram o lado criativo e as experiências socioemocionais das crianças e dos jovens. “O DCRC orienta no sentido de possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades. Assim, ancorado na BNCC, apresenta indicações do que os alunos devem “saber”. (CEARÁ, 2019, p. 40)”

Constatamos no DCRC que “o foco na aprendizagem é elemento para a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades. (CEARÁ, 2019, p. 37).” Nessa afirmativa, podemos refletir acerca da relação direta entre o ensino, a aprendizagem e a função diagnóstica das avaliações externas em larga escala, mais especificamente a Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC, que é realizada pelo Governo do Estado do Ceará, o qual avalia alunos(as) do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 2007, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) foi oficialmente lançado, tendo como objetivo geral alfabetizar as crianças cearenses até o segundo ano do Ensino Fundamental, contando com metas e formações para os(as) professores(as) da Educação Infantil como também para o 1º e 2º ano do Fundamental I.

Com o propósito de estender aos demais anos da Educação Básica, o Programa do PAIC, em 2011, foi denominado de PAIC+5, que, naquela ocasião, além da Educação Infantil e 1º e 2º ano, foi ampliado para as demais turmas de todo o Fundamental I, sendo assim da pré-escola ao 5º ano do Ensino Fundamental I. E em 2015, foi então lançado o MAIS PAIC, estendendo-se às turmas do Fundamental II.

Em 2022, a Governadora Izolda Cela, hoje Secretária Executiva do Ministério da Educação, lançou o Programa PAIC Integral, sancionado enquanto lei, sendo em mais um momento ampliado o programa PAIC, para então passar a vigorar enquanto proposta de educação em tempo integral, dando início em 2023, e começando a princípio com as turmas de 9º ano do Fundamental II.

Na perspectiva de Saviani (2011), a estrutura educacional está associada ao seu funcionamento integral, visto que ambos devem partir de um contexto social, histórico e cultural. Por isso, enxergamos, tanto na formação docente como em uma avaliação diagnóstica impactante, um dispositivo indispensável de transformação da realidade social, já que o objetivo aqui é detectar as defasagens da aprendizagem e, desse modo, criar estratégias pedagógicas para alcançar um desenvolvimento satisfatório da aprendizagem dos(as) alunos(as) cearenses.

Dessa forma, é nesse ponto que está a relação entre planejamento, formação e avaliação (externa e interna). “A escola não pode somente cuidar dos aspectos intelectuais ou do ensino dos códigos alfanuméricos, ela precisa também considerar as várias linguagens e os diversos aspectos históricos e sociais. (CEARÁ, 2019, p. 90).”

Nesse contexto, enquanto Formador Regional do PAIC Integral, junto aos professores/replicadores de 12 municípios, que são: Crato, Nova Olinda, Santana do Cariri, Assaré, Antonina do Norte, Saboeiro, Potengi, Campos Sales, Araripe, Salitre, Tarrafas e Altaneira, podemos refletir sistematicamente sobre os variados problemas da educação que atormentam e angustiam o nosso corpo docente.

Portanto, cabe-nos compreender os mecanismos contidos no processo de avaliar, ou seja, quais as condições dadas aos professores pela Secretaria de Educação

para que estes(as) executem sua atividade com o máximo de recursos pedagógicos, tecnológicos, didáticos, entre outros? É possível uma avaliação diagnóstica em larga escala apresentar dados suficientes para que as políticas públicas sejam repensadas e modificadas?

Na visão de Casassus (2009), a tentação dos gestores de políticas educacionais tem sido a de aprofundar o exercício de uma política de pressão sobre os docentes, ao invés de fazer uma revisão do sistema. Nessa condição, problematizando com essa linha de raciocínio de Casassus, precisamos discutir em torno do Protocolo MAISPAIC, que se trata de um conjunto rígido de normas destinadas à aplicação da Avaliação MAISPAIC.

Até que ponto esses conteúdos da referida prova estão em sintonia com o que é cobrado pelo(a) professor(a) em sala de aula? Há uma relação direta entre essa avaliação externa e o processo de avaliação interna das escolas? As formações dos(as) professores(as) nos municípios recebem o apoio necessário para a mobilização da aprendizagem em torno do que está expresso na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC)?

Essas questões levantadas nesta introdução vão além do contexto das avaliações externas, ou seja, são discussões que puxam pela relação histórica entre escola pública e privada, pela atualização dos currículos, entre outras dimensões que permeiam o processo de ensino e aprendizagem, neste caso específico, alunos(as) do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental.

Este contexto da avaliação externa, citado no parágrafo anterior, deve se expandir em torno na ideia de melhorias da qualidade dos sistemas de ensino, no nosso caso, do Ceará. Nessa perspectiva, “o Protocolo de Avaliação 2º, 5º e 9º anos, define-se também como uma avaliação externa à escola, em larga escala, com o propósito de ser censitária e universal. (CEARÁ, 2023, p. 04)”.

Nesse arcabouço educacional, justificamos este trabalho a partir da ideia de que a Avaliação MAISPAIC se apresenta como uma espécie de preparação para as provas do SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica). Contudo, embora tenha os mesmos objetivos, a primeira, infelizmente, ainda não recebe a atenção necessária da comunidade escola.

O segundo ponto de discussão que justifica esta pesquisa acadêmica, é o fato de que, ao contrário do SPAECE, a Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC não estimula uma atmosfera de competitividade, talvez por isso não receba tanta atenção dos gestores públicos, das escolas e dos(as) professores(as). Para Dias Sobrinho (2004), como empreendimento social, a avaliação deve organizar os conjuntos de indivíduos, ideias, ações, estruturas e relações, grosso modo, com os objetivos de compreender e melhorar as instituições educativas.

Na atualidade, ainda em meio aos efeitos catastróficos da pandemia, as instituições de ensino e os(as) professores(as) vêm se deparando com situações cada vez mais assustadoras; casos de ansiedade e pânico entre os estudantes. Por isso, hoje, como proposta pedagógica, estão trabalhando bastante com o conceito de Competências Socioemocionais, as quais surgiram como instrumento de eficácia no controle da saúde mental de crianças e jovens, sobretudo do Ensino Fundamental. No entanto, várias escolas têm colocado a responsabilidade de conduzir o trabalho dessas competências nos docentes.

Há também outra circunstância que justifica este trabalho, que se trata do compromisso dos municípios diante da realização do referido teste. Nessa visão, todo o processo, desde a reprodução até a aplicação do diagnóstico, fica sob a responsabilidade destes. O Estado, neste caso, delega funções, autoriza, estimula, entre outros mecanismos que dão visibilidade a estes espaços sociais, políticos, culturais, dentre outros aspectos. “Devido à sua natureza específica, o Protocolo de Avaliação do MAISPAIC apresenta-se como um instrumento pedagógico, com fins exclusivos de diagnóstico para intervenção imediata no processo formativo. (CEARÁ, 2023, p. 04)”.

É imprescindível uma observação mais profunda desta prova, pois, por não haver a tradicional premiação, escolas e professores(as) podem desenvolver suas funções pedagógicas com mais autonomia e com menos pressão. “O acesso a esse diagnóstico propicia condições para as intervenções necessárias, de forma pontual e imediata. (CEARÁ, 2023, p. 04).”

Dessa maneira, podemos afirmar que, como fica a critério de cada município decidir sobre as datas de reprodução dos protocolos e da aplicação das avaliações, bem como planejar acerca da mobilização das equipes das Secretarias de Educação, as quais possuem conhecimento real sobre suas escolas. Além disso, há um menor intervalo de

tempo entre aplicação e resultado, o que é motivo de muitas críticas no caso do SPAECE, que demora muito tempo entre a aplicação e a divulgação dos resultados.

Nessa linha de raciocínio, a apropriação dos resultados da prova em questão dará aos gestores municipais a oportunidade de discutir as estratégias mais viáveis para garantir o desenvolvimento educacional dos(as) alunos(as) da rede pública do Ceará, neste caso específico, alunos(as) do Ensino Fundamental. Portanto, são essas estratégias que irão responder nossos questionamentos, principalmente em relação aos conteúdos da avaliação externa e os conteúdos trabalhados em sala de aula.

O alinhamento pedagógico precisa se concentrar nas formações do referido Programa, isto é, desde as formações estaduais, em Fortaleza, passando pelas formações regionais, realizadas pelas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs), até chegar nos formadores municipais, os quais têm o contato direto com os docentes.

Nesse mesmo campo de discussão, focando também no currículo, questionamo-nos acerca dos mais variados recursos que são imprescindíveis para o trabalho do(a) professor(a) em sala de aula; recursos estes que vão muito além das cartolinas e pincéis. Nesse sentido, evidentemente, os resultados das avaliações externas podem e devem ser utilizados como parte do processo de avaliação do projeto educacional de cada escola, como também da implementação da proposta curricular.

Além do aqui exposto, os resultados da Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC, ou PAIC Integral, são analisados pelo chamado Eixo da Gestão, que tem a função de planejar e organizar formações específicas direcionadas para gestores, ou seja, para gerentes, formadores regionais de gestão e gestores escolares.

Sendo assim, torna-se ainda mais relevante um estudo relacionado à essa avaliação, já que, diferente de outras avaliações externas, a Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC possui, com base no Eixo de Gestão, essa relação direta com os vários tipos de gestores educacionais, o que teoricamente amplifica as oportunidades de trabalhar pelas melhorias da qualidade do ensino, investindo na figura imprescindível do(a) professor(a).

3.1 OBJETIVO GERAL:

- ✓ Analisar resultados da Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC, bem como do seu papel diante dos desafios enfrentados pelos(as) professores(as) na busca por uma aprendizagem satisfatória para os estudantes do Ensino Fundamental no Ceará.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Analisar, a partir do contexto da Avaliação Externa no MAISPAIC, como as formações de professores(as), com base nos resultados, estão alinhadas à esta proposta avaliativa;
- ✓ Associar os preceitos da Avaliação do MAISPAIC às concepções explicitadas em outros tipos de avaliações externas em larga escala, como é o caso do SPAECE e do Saeb, para, assim, demonstrar sua importância dentro do processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ Identificar, com base nos resultados concretos, os maiores desafios que os docentes de Língua Portuguesa e Matemática enfrentam diante do trabalho de aprimorar as competências e habilidades dos estudantes de 2º, 5º e 9º ano das escolas públicas do Ceará.
- ✓ Verificar, diante dos resultados do diagnóstico MAISPAIC, as estratégias criadas pela gestão pública para garantir o direito dos estudantes a um ensino de qualidade.

4. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta etapa, analisaremos, com a intenção de embasarmos a pesquisa, informações de cunho científico sobre a temática em questão, ou seja, sobre a Avaliação

Diagnóstica do MAISPAIC no contexto das avaliações externas em larga escala, e focando nos desafios dos(as) professores(as) diante dos resultados desse teste.

A princípio, podemos pensar em avaliação externa como mecanismo basilar de um agrupamento político que, teoricamente, deveria estar alinhado aos interesses docentes e aos anseios da sociedade civil. “Não é descabido afirmar que, com algumas exceções, os teóricos do presente têm se contentado com a crítica (ideológica) às políticas vigentes ou ao estudo da gestão democrática em suas diferentes dimensões. (VIEIRA, 2008, p. 55).”

Em conformidade com Vieira (2008), pensamos em uma estrutura educacional, e consequentemente em um modelo de avaliação externa que, muitas vezes, encontra-se a serviço da ideologia dominante. Interagindo com esta discussão, Fofano e Rech (2021) apontam que a escola é a base da aprendizagem disseminada pela ideologia, é nela onde se colocam todas as crianças de classes sociais distintas, durante os anos mais vulneráveis da infância, e ensinam-lhes a ideologia dominante.

Desse modo, (FOFANO; RECH, 2021) apresenta-nos um conceito de educação intimamente ligado à política ideologista, elitista e histórica. Com efeito, no Brasil, do ponto de vista cultural, várias mazelas no campo do ensino e da aprendizagem ainda preenchem lacunas pedagógicas oriundas do período da catequização jesuítica. É o que vemos em (DE ALMEIDA, 2014). Nesta análise, o ensino catequético representava uma ostensiva divisão social, na qual os índios recebiam o “ensino” dos padres nas aldeias, e os filhos da elite colonial estudavam nos colégios religiosos.

Com isso, ao longo da nossa história, foram criados de geração a geração, instrumentos avaliativos que pleiteavam uma educação tradicional, um sistema opressor de premiação e punição. Ao lidarmos com as ideias de (BROOKE; CUNHA; FALEIROS, 2011), percebemos os desafios de gestores escolares e professore(as) perante esse sistema classificatório, que busca generalizar o ensino sem promover uma multidimensionalidade da avaliação, tanto interna quanto externa, como é o caso da Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC.

Nesse sentido, (BATISTA et al., 2019), mostram, analisando os resultados do desempenho dos(as) alunos(as) de 2º e 5ºano, a importância de se trabalhar com diagnósticos reais, com informações detalhadas e nunca genéricas. “A partir da detecção dessas informações, pode-se criar estratégias para a superação das dificuldades

percebidas, além de oportunizar ao professor planejar e implementar ações. (BATISTA et al., 2019)”.

Face ao exposto, a intensidade de adesão das Secretarias de Educação dos municípios cearenses, grosso modo, está mais voltada para as avaliações externas, digase de passagem, mais recompensáveis, como acontece no SPAECE. Dialogando com os autores em questão, Vieira nos diz que “o atual sistema de avaliação global não foi desenhado para sanar os problemas da escola, da sala de aula, nem tampouco dos professores. (VIEIRA, 2008, p. 59).”

Esse pensamento também vai ao encontro das opiniões dos pesquisadores (FERREIRA FILHO; VIDAL; PONTES JÚNIOR, 2020), que reconhecem as avaliações externas como um dispositivo verificador da qualidade da nossa educação, porém, acertadamente, ressaltam as variáveis sociais dentro do processo avaliativo, as quais não podem ser desprezadas.

Assim, segundo os autores supracitados, temos questões como formação de professores(as), valorização desse profissional, e, dentre outras preocupações, temos, como consequência da pandemia, os casos de problemas emocionais, também citados por nós anteriormente. “Essa concepção de avaliação está centrada na ideologia da globalização, que dissemina a retórica de alívio/administração dos níveis de pobreza, o qual se insere nos mecanismos de controle do social. (GONÇALVES; GUERRA; DEITOS, 2020).” No percurso da avaliação externa do MAISPAIC, “um conceito básico diz respeito à exequibilidade dos testes para o 2º, 5º e 9º ano com base em quatro critérios gerais, que são: utilidade, viabilidade, exatidão e ética. (CEARÁ, 2023, p. 04).” Considerando essa concepção pedagógica, podemos observar uma padronização das avaliações externas ao redor do que os autores da proposta avaliativa chamam de equidade. Na nossa visão, esse termo, na realidade, diante de tantas desigualdades sociais, não se reflete nos resultados, sobretudo em se tratando daquelas crianças e adolescentes oriundas de bairros com péssimas condições de moradia, de regiões controlados pelo tráfico de drogas, entre outras inúmeras situações insalubres.

Ainda nessa linha de raciocínio, nossa análise coaduna com o posicionamento de (FARAH; RIBEIRO, 2020), quando dizem que “o conceito de equidade prevê que uma política educacional deveria promover níveis adequados de desempenho à todas as crianças, com destaque para aquelas que possuem menor nível socioeconômico.”

Por isso, perante os desafios dos docentes, que muitas vezes debatem sobre os problemas educacionais, mas apenas como uma espécie de desabafo coletivo, é que se torna necessário uma atuação mais eficiente e transparente dos gestores que conduzem a política educacional no Ceará.

Na visão de Marques; Ribeiro; Ciasca (2008), ao contrário da estrutura física, que pode ser mais bem avaliada, a aprendizagem das crianças demanda um protocolo de avaliação bem mais complexo, uma vez que busca avaliar o desenvolvimento cognitivo. Concordando com os pesquisadores supramencionados, acreditamos que a Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC pode e deve se constituir de uma ferramenta eficaz para o acompanhamento dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, contudo, precisa haver um alinhamento mais efetivo entre os Eixos do Programa, como também um investimento maior no processo de formação dos(as) professores(as), e uma total presença pedagógica da gestão municipal nas instituições de ensino, ouvindo, dialogando, intervindo nos problemas educacionais. “Vale destacar que a elaboração da avaliação teve como parâmetro norteador a necessidade de oferecer informações que realmente pudessem ser úteis para o processo de intervenção pedagógica. (MARQUES, RIBEIRO; CIASCA, 2008).”

Essa discussão ganha ainda o reforço argumentativo de (MARQUES; AGUIAR; CAMPOS, 2009), os quais mostram que “a possível explicação para o baixo desempenho dos alunos avaliados está na combinação de três fatores: localização das turmas, organização pedagógica e formação dos professores.” Portanto, estas últimas considerações, associadas com as anteriores, promovem uma reflexão sobre a proposta avaliada do MAISPAIC, oferecendo elementos para uma melhor compreensão do processo de ensino e aprendizagem dos(as) estudantes cearenses, especialmente dos(as) alunos(as) do Ensino Fundamental.

Espelhada na etapa da pesquisa que trata dos objetivos, geral e específicos, a nossa metodologia será, inicialmente, fincada no desenvolvimento de atividades de cunho acadêmicas, mais precisamente no campo do ensino, da pesquisa e da extensão. Para tanto, utilizaremos da chamada abordagem combinada, isto é, do método quantitativo e do método qualitativo, no intuito de analisar a Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC. Nesse caso, “o conhecimento científico surge da necessidade de o homem

não assumir uma posição meramente passiva, de testemunha dos fenômenos, sem poder de ação ou controle deles. (KÖCHE, 2016, p. 29).”

Na perspectiva de Gil (2002), a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Dessa maneira, em posse dos resultados da Avaliação Diagnóstica de 2023, analisaremos a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática dos(as) alunos(as) do 9º ano de duas escolas municipais de Fortaleza; a primeira localizada em um bairro de infraestrutura satisfatória, com moradores de maior poder aquisitivo e com acesso às políticas públicas no campo da saúde, da educação e da cultura.

Por outro lado, analisaremos uma escola localizada em área de difícil acesso, sem infraestrutura e onde os moradores são, em sua maioria, de baixa renda. Nesse cenário, Köche (2011) ainda afirma que a ciência não é a mera observação de fenômenos. Identifica, à luz de um conhecimento disponível, problemas decorrentes desses fenômenos.

A opção pelos(as) alunos(as) do 9º ano está alicerçada primeiramente no fato de que, pelo tempo demarcado para apresentarmos o relatório final do estágio pós-doutoral, ou seja, de um ano, ampliar a análise para estudantes de 2º e 5º comprometeria o aprofundamento da pesquisa, já que trabalharemos com a abordagem mista, isto é, quantitativa e qualitativa. Além disso, esses estudantes do 9º ano, pelo fato de estarem concluindo o Ensino Fundamental, teoricamente, devem apresentar níveis de proficiência mais adequados do que alunos(as) das séries anteriores, haja vista que passaram mais tempo aprendendo.

Nesse percurso metodológico, de posse dos dados analisados, partiremos para a etapa da pesquisa *in loco*, ou seja, faremos as visitas para conhecer as unidades de ensino supracitadas. Na ocasião, munidos de instrumentais de coleta, como questionários objetivos e subjetivos, ouviremos as opiniões da comunidade escolar sobre a Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC, sobre os resultados, se houve apoio da gestão municipal, entre outras questões imprescindíveis para a materialidade do nosso trabalho.

Nesse aspecto, daremos mais ênfase às respostas do corpo docente, especialmente no tocante às formações e ao apoio pedagógico do Núcleo Gestor diante

dos constantes desafios enfrentados na sala de aula. Ressaltamos ainda que, em nenhum momento, o nome dos colaboradores será exposto e/ou divulgado. Para finalizar, utilizaremos da mesma estratégia para acompanhar o trabalho realizado na Secretaria de Educação. O produto resultante do nosso projeto será a compilação de todo o material colhido a ser apresentado em formato de relatório e, com a parceria do supervisor, convertido em um artigo científico ou em outros meios de divulgação científica e acadêmica.

A aplicabilidade do presente trabalho acadêmico se associa à teoria e à prática, já que, ao tratar de dados numéricos, exige um conjunto realista de concepções educacionais, sociais, políticas, econômicas e culturais, para que o tema das avaliações externas possa estar sempre sendo discutido pela sociedade.

Dessa forma, esperamos que a Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC ou PAIC Integral receba maior atenção dos gestores públicos, mais precisamente da esfera estadual e municipal. Sendo assim, o Estado deve trabalhar pelo equilíbrio entre a supracitada avaliação do MAISPAIC, que, como já foi dito, não tem caráter competitivo, e os outros mecanismos avaliativos, como no exemplo de SPAECE e do Saeb.

Em segundo lugar, nossa expectativa diz respeito à discussão sobre avaliações externas em larga escala dentro dos cursos de pós-graduação, principalmente nos programas *stricto sensu* das universidades cearenses. Nossa concepção, nesse ponto, é a de que ainda é muito tímida a presença dessa temática nas universidades. Dessa maneira, teríamos uma maior divulgação científica sobre o assunto, o que ampliaria o acesso ao estudo do tema, bem como forneceria um embasamento teórico mais apurado para outros pesquisadores.

Outro resultado que desejamos obter neste trabalho, concentra-se na relação entre as avaliações externas e avaliações internas, melhor dizendo, o processo avaliativo dentro das escolas precisa estar alinhado à proposta da prova aqui analisada. Por isso, a partir do produto resultante, esperamos um maior entendimento acerca dessa questão. No entanto, essa compreensão exigirá um esforço conjunto entre o Governo do Estado e o Poder Executivo municipal. Estes, por sua vez, devem fornecer apoio incondicional às escolas, bem como aos professores(as), os quais enfrentam diretamente volumosos

desafios educacionais, desde a falta de recursos básicos, como pincéis, até os casos reiterados de especificidades emocionais.

Além desses resultados esperados, há ainda duas situações nas quais os gestores públicos devem agir, não apenas no período de realização da Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC, mas frequentemente. A primeira situação se encontra no campo das formações docentes, as quais são imprescindíveis para a qualidade do ensino. Portanto, aguardamos, a partir desse trabalho, que haja uma reflexão seguida de ação desses administradores.

Por último, acreditando que não existe aprendizagem satisfatória e adequada em uma realidade degradante, miserável, esperamos que esses mesmos gestores da política educacional tomem posse dos resultados das avaliações externas cearenses e promovam estratégias efetivas para combater o problema da desigualdade social.

Diante da discussão sobre a função das avaliações externas, em especial sobre a Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC, encerramos esta etapa do Plano de Atividades refletindo com mais criticidade em relação aos desafios dos(as) professores(as) no cotidiano da escola, da sala de aula. “Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. (FREIRE, 1996, p. 18).”

O Programa MAISPAIC, ou PAIC Integral, de certa forma, vem se tornando um modelo pedagógico para todo o Brasil, haja vista que em 2013 foi criado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o qual não obteve o mesmo êxito do PAIC, que continua se fortalecendo nas especificidades de cada Eixo, sobretudo o Eixo das Avaliações Externas.

No decorrer deste trabalho, tratamos, nos objetivos, da importância da Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC no contexto da educação no Ceará, pois, a partir dos dados apresentados, torna-se possível uma mobilização dos gestores educacionais no âmbito das políticas públicas, mormente perante os desafios enfrentados pelos(as) professores(as) na sala de aula. Nessa conjuntura, esses desafios não dizem respeito apenas à indisciplina discente, mas também à desmotivação, falta de recursos materiais, desvalorização salarial, questões socioemocionais dos(as) alunos(as), principalmente

após a pandemia, salas lotadas, climatização insuficiente, entre outros tantos. “O que devo pretender não é a neutralidade da educação, mas o respeito aos educandos, aos educadores e às educadoras. (FREIRE, 1996, p. 42).”

Além disso, discutimos também nesta Plano de Ação acerca das desigualdades sociais no cenário da Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC, bem como na avaliação do SPAECE, Saeb, dentre outras. Nessa conjuntura, buscamos, na redação da nossa metodologia, apresentar a proposta de desenvolver a pesquisa em duas escolas de Fortaleza; uma localizada em um bairro mais assistido politicamente, e a outra em um bairro desprezado pela gestão pública, para, assim, analisarmos os resultados da Avaliação Diagnóstica do MAISPAIC no tocante à proficiência dos(as) alunos(as) do 9º ano (Língua Portuguesa e Matemática).

Em suma, pensamos que todo gestor público precisa se valer de um perfil democrático para compreender a força arrasadora das mazelas sociais no ambiente educacional, buscando reunir estratégias pedagógicas, sociais, econômicas, culturais e assistenciais, para sanar grande parte desses problemas e garantir um ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS:

Casassus, Juan (2009). Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada. A perda de qualidade e a segmentação social. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 9, 71-78.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará/Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Documento Curricular Referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão Lançamento Virtual (Provisória). Fortaleza: SEDUC, 2019. Disponível em: Acesso em: 21 abril. 2023.

VIEIRA, S. L. Indicadores de sucesso: a construção da qualidade. Educação básica: política e gestão da escola / Sofia Lerche Vieira. – Fortaleza: Liber Livro, 2008. p. 105-129 – (Coleção Formar)

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília – DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>. Acesso em: 17 de mar. 2023.

CEARÁ. Secretaria de Educação. PAIC Integral. Fortaleza: SEDUC, 2023. Disponível em: <https://paicintegral.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 18 de mar. 2023.

CEARÁ. Secretaria de Educação. Documento Curricular Referencial do Ceará. Versão Lançamento Virtual (Provisória). Fortaleza: SEDUC, 2019. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>. Acesso em: 18 de mar. 2023.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Tradução: Deyse Batista. Porto Alegre: Penso, 2016.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**, v. 25, p. 703-725, 2004.

SANTOS, Lidiane Barroso. O sistema de avaliação externa no Brasil. Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos. VII Congresso Nacional de Educação. CONEDU, outubro. 2020.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A.; FALEIROS, Matheus. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **Estudos & Pesquisas Educacionais, São Paulo**, v. 2, p. 17-79, 2011.

DE ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi. A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade. **Grifos**, v. 23, n. 36/37, p. 117-126, 2014.

FOFANO, Debora Klippel; RECH, Hildemar Luiz. Ideologia e educação na perspectiva de Louis Althusser. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

MARQUES, Cláudio de Albuquerque; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CIASCA. Paic: o pioneirismo no processo de avaliação municipal com autonomia. **Est. Aval. Educ.**, p. 433-448, 2008.

FERREIRA FILHO, Luciano Nery; VIDAL, Eloisa Maia; PONTES JUNIOR, José Airton de Freitas. Avaliação em larga escala no Ceará e as políticas de accountability—o protagonismo do Spaace. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 43, p. 452-471, 2020.

BATISTA, José Marques et al. Os reflexos dos resultados da avaliação em larga escala nos repasses da cota-parte do ICMS aos municípios cearenses. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. 2019.

GONÇALVES, Amanda Melchioti; GUERRA, Dhyovana; DEITOS, Roberto Antônio. Avaliação em larga escala e Base Nacional Comum Curricular (BNCC): dimensões da política de contenção e liberação no Brasil. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 891-908, 2020.

FARAH, M. F. S., & RIBEIRO, V. M. (2020). Estratégias de gestão da educação e equidade: o caso do programa aprendizagem na idade certa (mais PAIC). *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 24(3), 1286-1311.

MARQUES, Cláudio de Albuquerque; AGUIAR, Rui Rodrigues; CAMPOS, Márcia Oliveira Cavalcante. Programa Alfabetização na Idade Certa: concepções, primeiros resultados e perspectivas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 20, n. 43, p. 275-291, 2009.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica. 2016.